

Área Temática: Organização do Terceiro Setor

Informalidade e Precarização no Trabalho: o caso dos Crocheteiros do Vale do Ivaí.

AUTORES

MARCIO PASCOAL CASSANDRE

Universidade Positivo
mcassandre@hotmail.com

CARINE MARIA SENGER

Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana
carine.senger@yahoo.com.br

JOSÉ STEFFERSON PESSOA LELLIS

Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana - FECEA
jstefferson@hotmail.com

JUSCILENE CHVED

Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana - FECEA
juscilenech@hotmail.com

Resumo

Com as crises e estagnação econômica dos anos 70, a informalidade e o desemprego tornam-se mais enfáticos. Desde então, o governo busca apoiar o contingente à margem do mercado de trabalho. Considerando esta conjuntura, este artigo propõe tratar a relação entre programas de geração de renda e a precarização do trabalho a partir das experiências vivenciadas pelo “Programa de diagnóstico, formação e aprimoramento de pequenos empreendimentos do setor têxtil, vestuário e calçados do Vale do Ivaí na perspectiva da Economia Solidária”. Ao se aproximar da atual configuração do trabalho nessa região, identificou-se os chamados “Crocheteiros”, motivando a reflexão sobre a exploração pela iniciativa privada e ainda com a chancela do poder local. Esse trabalho baseia-se em informações diretas através da coleta de dados primários com atores dos projetos pertencentes aos municípios do Vale do Ivaí no Estado do Paraná. Nesse contexto, confirmou-se que as formas de exploração do trabalho informal pelo capital tem se apresentado de maneira interessante e necessária aos olhos de muitos, mas não menos maléfica e oportunista em que contribui para o reforço aos baixos níveis sociais dessas localidades.

Palavras-chave: Economia Solidária, Informalidade, Precarização do Trabalho.

Informality and Precarious Work: the case of “Crocheteiros do Vale do Ivaí”

Abstract

With crises and economic stagnation of the 70s, informality and unemployment become more emphatic. Since then, the government seeks to support the contingent outside the labor market. Considering this situation, this article proposes to deal with the relationship between income generation programs and the precariousness of work from the experiences lived by the “Programa de diagnóstico, formação e aprimoramento de pequenos empreendimentos do setor têxtil, vestuário e calçados do Vale do Ivaí na perspectiva da Economia Solidária”. Upon approaching the current configuration of the work in this region, was possible identified the “Crocheteiros”, proposing reflection on the exploitation by the private sector, and with the approval of local government. This work is based on information directly through the primary data collection projects with actors belonging to municipalities of Vale do Ivaí in Paraná state. In this context, it was confirmed that the forms of exploitation of informal labor by capital has been presented so interesting and necessary in the eyes of many, but no less evil and opportunistic as it contributes to the enhancement of low levels of these social locations.

Keywords: Solidarity Economics, Informality, Precarious Work.

Introdução

Todo fato social possui uma raiz histórica. Para observar os fenômenos sociais da atualidade torna-se relevante resgatar outros fenômenos os quais identificaram e até geraram tais acontecimentos. Este estudo descende de outro contexto histórico; seu precedente teve como foco conhecer, diagnosticar, formar e aprimorar empreendimentos de alcunha popular com base na perspectiva da Economia Solidária. Dentro do intento alcançado, originaram-se instrumentos delatários da realidade em que vivem outros grupos, que supostamente buscam gerar trabalho e renda, os dos Crocheteiros de Barbante da Região do Vale do Ivaí.

Segundo consta no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), a Região do Vale do Ivaí, localizada no Noroeste do Estado do Paraná, é formada por 29 municípios cujo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) geral médio se mantém próximo dos 0,718 pontos, enquanto o IDH da renda geral média é de 0,624 pontos e o salário mínimo médio da região chega ao máximo a R\$ 605,52 (IPARDES, 2009). O maior IDH registrado do estado é do município de Curitiba com 0,856 pontos e o de menor IDH no município de Ortigueira com 0,620 pontos.

A projeção populacional feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2005, demonstrou a existência de aproximadamente 345 mil habitantes nessa região, dos quais 70,7% residem na área urbana. Em termos de mão-de-obra ocupada, o complexo têxtil vestuário é o maior empregador com 43,2% do total de trabalhadores atuantes na região, representando 19,3% do Valor Adicionado Fiscal do Estado (VAF). No ano de 2000, segundo dados do Diagnóstico Socioeconômico do Território do Vale do Ivaí apresentou um índice de 37,9% de sua população ativa sem emprego.

Muito embora esse índice obtivesse uma melhora a partir de dados levantados de 2007, é grande a necessidade de abertura de postos de trabalho nessa região. Tal realidade tem justificado o surgimento de experiências de organizações coletivas, como alternativas de enfrentamento ao desemprego, contribuindo com o desenvolvimento desses pequenos municípios paranaenses.

A Economia Solidária se apresenta como uma possibilidade de luta e defesa dos trabalhadores contra o desemprego estrutural, ao mesmo tempo, porém, pode se constituir instrumento que amplia a precarização do trabalho quando absorvida dentro das políticas de cunho neoliberal, onde à margem da economia tradicionalista encontra-se uma gama de atores sociais que buscam de alguma forma manterem-se economicamente ativos, numa luta contínua e incessante.

Foi neste cenário, pesquisando estes trabalhadores populares, que se defrontou com grupos que por motivos diversos submetem-se ao escárnio social em detrimento de uma minoria detentora de grande capital, os atravessadores, que por relatos são originários da região do Vale do Ivaí e de outros estados do Brasil.

Tal pressuposto foi claramente identificado através das visitas realizadas pelo “Programa de diagnóstico, formação e aprimoramento de pequenos empreendimentos do setor têxtil, vestuário e calçados do Vale do Ivaí com bases na perspectiva da Economia Solidária”.

Desemprego Estrutural e a Intervenção do Estado

A crise do sistema capitalista a partir da década de 70 desencadeou um processo de reestruturação produtiva – organizacional e tecnológica – visando tanto recuperar os níveis de acumulação e reprodução do capital quanto repor sua hegemonia. Neste processo, no qual se aprofundou o ciclo de financeirização e mundialização do capital, o mercado de trabalho foi desestruturado resultando em desemprego explosivo, aumento do trabalho informal, precarização ilimitada, rebaixamento salarial, perda de direitos, etc. (ANTUNES, 2003).

Diante da crise econômica da década de 70, novas estratégias foram engendradas para a acumulação de capital. A política econômica keynesiana acompanhada do processo de produção fordista - que foi saída estratégica da última crise cíclica de 1929 do sistema capitalista - foi substituída pelo modelo neoliberal, acompanhada de uma nova fase de produção, a acumulação flexível. Neste processo, Antunes (2003) destaca o avanço tecnológico (automação, robótica e a microeletrônica) que aumenta o trabalho morto; a flexibilização do processo de trabalho; o enfraquecimento da social-democracia; e a desmobilização da classe trabalhadora.

Tavares (2004) destaca que o excedente mundial de força de trabalho e a taxa de desemprego aberto vêm crescendo mundialmente nas duas últimas décadas. Segundo Pochmann (2008), cerca de 150 milhões de trabalhadores encontram-se na categoria de desemprego aberto, enquanto 850 milhões são considerados na condição de subemprego, exercendo atividades de sobrevivência, com jornadas de trabalho insuficientes e de remuneração muito comprimida. (2001, p. 82 apud TAVARES 2004, p. 17).

No Brasil, de acordo com Pochmann (2008), o balanço econômico e social das últimas décadas não é positivo, a renda *per capita* permaneceu praticamente estagnada enquanto o salário mínimo perdeu 50% do seu poder aquisitivo e o desemprego aberto foi multiplicado 3,5 vezes, por consequência, a participação do rendimento do trabalho na renda nacional, que era de 50% em 1980, passou para apenas 36% em 2003. Segundo Matoso (1999) o Brasil perdeu 3,3 milhões de postos de trabalho formais numa realidade de cerca de 18 milhões de assalariados num total de 70 milhões de população economicamente ativa.

Observa-se que no final do século XX e início do século XXI houve uma retração na oferta de emprego e nos índices de crescimento da economia. É notável nos últimos 15 anos a relação da falta de emprego com a implantação do processo de reestruturação produtiva, provocando o desemprego estrutural, bem como a crescente diminuição de oferta de postos de trabalho. (SERRA, 2006, p. 204).

Este quadro se agrava quando se considera a atuação do Estado, pois, segundo Pochmann (2008) o Brasil nunca constituiu um sistema público nacional de emprego - nem mesmo a grave crise de emprego gerada desde 1990 foi suficiente para isso, com medidas articuladas e integradas entre si e universalizadas para o conjunto do mercado de trabalho.

(...) o conjunto das políticas públicas direcionadas ao desemprego aprofundou a fragmentação das ações em diversas instituições sem coordenação, com maior pulverização dos recursos e ainda reduzida escala de cobertura. Enfim, passou a reinar a desarticulação e desintegração, com desperdícios, baixa eficácia e pequena eficiência (POCHMANN, 2008, p. 34).

O mesmo autor ainda faz uma análise dos gastos públicos com políticas de emprego, destacando a pequena presença com tais políticas num período em que o país registra a mais grave crise de sua história. Segundo ele, em 1995 quando o índice de desemprego atingiu 4,5 milhões de trabalhadores, foram comprometidos 0,62% de todo o Produto Interno Bruto (PIB) com políticas de emprego. Já em 2000, quando o índice registrou a presença de 11,5 milhões de desempregados no Brasil, o governo gastou 0,89% do PIB com políticas de emprego. (POCHMAN, 2008, p. 34-35).

De modo geral segundo Moretto (2003, p. 270 apud BARBOSA, 2007), as políticas de emprego, entre 1990 e 2000 evidenciam uma associação da vertente tradicional, seguro-desemprego, qualificação e intermediação de mão-de-obra, com os programas de geração de trabalho e renda. Atualmente, de acordo com Barbosa (2007), está em voga o empreendedorismo e o cooperativismo, que desonera o capital, desresponsabiliza o Estado e responsabiliza o trabalhador pelo desemprego, como se não houvesse determinações políticas e econômicas macrosociais. O próprio autoemprego se constitui política de emprego. Tavares também se posiciona a respeito deste novo contexto:

Como decorrência desse grande volume de desempregados, proliferam cooperativas, empresas familiares, trabalho domiciliar, micro e pequenas empresas. Estas formas de trabalho, comumente identificadas com a independência, a autonomia e a ação espontânea promovem, ao contrário, mecanismos pelos quais os trabalhadores exploram a sua própria força de trabalho para o capital e se deixam ser lesados nos seus direitos fundamentais (TAVARES, 2004, p. 18).

Barbosa (2007) mostra em seu estudo que desemprego e precarização “andam juntos e respondem materialmente pelas necessidades de rentabilidade financeira, fazendo recuar os salários e as proteções dos contratos de trabalho, legislações específicas e/ou negociações coletivas”. A autora aponta que a crise de acumulação do capitalismo nas últimas três décadas foi contornada com o aumento dos rendimentos do capital a expensas do desemprego e precarização do emprego. Neste contexto, segundo Barbosa, a inflexão na atuação do Estado é um mecanismo político fundamental de transferência de renda ao capital.

A ação política conservadora no Estado – e por meio dele – principalmente nessas duas décadas passadas, associadamente ao recuo das lutas sociais induziram condições políticas e culturais favoráveis à interiorização das desregulamentações sociais enquanto crença e práticas. As grandes desigualdades daí advindas geraram mais desproporções de poder em favor do capital mundializado (CHESNAIS, 1996 apud BARBOSA, 2008, p. 93).

Isto confirma o que Silva e Iasbek (2007) destacam em seu estudo, que a ação estatal é fundamental na formação do mercado de trabalho e na determinação das relações e remuneração do trabalho.

Neste contexto, observa-se a formalização do trabalho informal, “tirando-lhe o caráter de antagonismo à relação salarial.” Estabelece-se uma heterogeneidade nas relações de trabalho e a combinação de diferentes formatos de produção econômica e reprodução social.

Assim, políticas de emprego desde então vem contribuindo para a ressignificação do trabalho como não direito (BARBOSA, 2008, p. 98).

Tavares (2004) em sua análise sobre a informalidade e precarização do trabalho mostra como estes elementos são funcionais ao modelo de acumulação flexível, chamando à atenção para a intensa exploração que vem se fazendo ao trabalho mediante a reemergência de formas empregadas no início do capitalismo. Ressalta o fato que o “setor informal” era considerado um dos fatores do atraso econômico do Brasil e países similares e, atualmente, contraditoriamente, há uma explosão da informalização do trabalho, na qual as relações informais se articulam diretamente ao núcleo formal da economia, pelos processos de terceirização.

Questiona-se a autonomia atribuída ao trabalho terceirizado, na medida em que a eliminação do vínculo formal não altera o conteúdo do posto de trabalho. Ao contrário, o trabalhador desempenha a mesma função para o capital, embora em condições precárias e sem nenhuma proteção social (TAVARES, 2004, p. 23).

Tavares (2004) esclarece que a informalidade também comporta atividades de sobrevivência nas quais não se configura o fim capitalista, mas não deixam de ser funcionais, pois são geradoras de renda que permitem consumo e cumprem o papel de mascarar o nível de desemprego. Este setor da informalidade não contribui para a acumulação capitalista, mas como ação complementar à proteção social.

Diante deste quadro se torna muito importante a realização de estudos que visem conhecer as diversas estratégias públicas de enfrentamento ao desemprego e suas mazelas, inclusive as que envolvem políticas de geração de trabalho e renda, para evitar a promoção da institucionalização/legitimação do trabalho informal e precarizado e se contrapor ao processo de desconstrução do trabalho e ao desmonte dos direitos sociais.

A Economia Solidária: Alternativa de Geração de Trabalho e Renda

A Economia Solidária é hoje um conceito amplamente utilizado no mundo todo, com acepções variadas, mas que giram todas ao redor da ideia da solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas.

É uma substituição estrutural de trabalho assalariado, por atividades informais de trabalho estimuladas, sobretudo, por organizações civis e governamentais voltadas para a geração de ocupação e renda. São representados pelos sindicatos, igrejas, universidades, entidades civis de direitos humanos e partidos de esquerda que reivindicam junto ao poder público e empresarial ações contra o desemprego (BARBOSA, 2007).

Nesse conjunto de atividades e formas de organização destacam-se quatro importantes características: cooperação, autogestão, solidariedade, sustentabilidade econômica e ambiental. É necessário perceber que essas características, embora sejam complementares e provavelmente não funcionem isoladamente podem ser observadas e compreendidas objetivamente como categorias analíticas diferentes, mas sempre presentes no que se refere ao entendimento da Economia Solidária.

Mance (2008, p. 111, apud CONAES, 2006) define os pilares da Economia Solidária como:

Cooperação - modo de organização, produção, distribuição e consumo que tem por base a igualdade de direitos e responsabilidades de todos os participantes; Autogestão - é a participação democrática com exercício de poder igual para todos, nas decisões; Solidariedade - é uma transformação da mentalidade e cultural dominante de competição para a construção do espírito de cooperação, onde todos os seres humanos fazem parte de uma mesma comunidade universal, em igualdade de direitos e de deveres humanos e; Sustentabilidade - é a preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futura, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos.

Para Gaiger (2005) a Economia Solidária é projetada em cena como peça de resistência e como ensaio de outro projeto de sociedade, de uma globalização alternativa calcada na democratização da economia e na cidadania.

A Economia Solidária, segundo Singer (2000), surge como modo de produção e distribuição alternativa ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado.

Para Mance (2008, p.112)

Os segmentos de empreendimentos solidários se distribuem em diversas atividades, e tem como principal objetivo a reorganização social das ações de consumo, comércio, produção, serviço, finanças e desenvolvimento tecnológico de modo a promover a realização humana de cada pessoa, de forma ecologicamente sustentável, socialmente justa e economicamente viável.

Nunes (2002, p. 2) sintetiza como passível de caracterização alguns princípios que deveras outorgam um empreendimento como sendo de Economia Solidária, são eles:

Motivações de justiça e solidariedade em todas as atividades implementadas e vividas coletivamente, tanto nas de produzir e consumir bens e serviços, como na de distribuí-los e comercializá-los; Referências de êxito distintas daquelas do capitalismo, já que a reciprocidade e a fraternidade nas relações interpessoais são almejadas; Processos de autogestão e autonomia, implicando lógicas de participação e estímulo ao engajamento; Criatividade e soluções alternativas, face aos problemas e negócios, visando à inovação tecnológica, gerencial e de relações humanas e; Preocupação com o meio ambiente e com um progresso sustentável para a geração seguinte, preservando os meios naturais hoje existentes.

Sendo assim, os Empreendimentos Econômicos Solidários podem ser conceituados como aquelas organizações:

a) coletivas - organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes e centrais etc.; b) cujos participantes ou sócios (as) são trabalhadores (as) dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; c) permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas; d) com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal e; e) que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. (ATLAS, p.13)

Na concepção de Mance (2008, p.111, *apud* CONAES, 2006), a Economia Solidária,

(...) se caracteriza por concepções e práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano na sua integralidade ética e lúdica como sujeito e finalidade da atividade econômica, ambientalmente sustentável e socialmente justa, ao invés da acumulação privada do capital.

Coloca-se a Economia Solidária como possibilidade de desenvolvimento econômico com base nos princípios cooperativos, expressado em apenas uma classe social, a dos trabalhadores, respeitando a individualidade e distribuindo igualmente o capital. Para Mance (2008) além do desenvolvimento econômico, a Economia Solidária se destaca pela importância de se fundir dentro dos princípios solidários, quais sejam a sustentabilidade econômica, ambiental e promoção de uma sociedade mais justa.

Segundo Tiriba (1998, p. 198) a Economia Solidária pode gerar “uma nova cultura do trabalho que possa desencadear um projeto nacional de desenvolvimento desse novo setor da economia, tendo em vista os interesses dos setores populares”, ou seja, ainda que de forma limitada e contraditória, é possível que a Economia Solidária institua-se como uma alternativa real ao capitalismo, criando as condições para um novo modelo de desenvolvimento.

No âmbito do Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária (SIES), sítio: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp, a Economia Solidária é compreendida como o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito organizados e realizados solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária. Diante das distintas experiências de empreendimentos, a Economia Solidária tem sido amplamente discutida.

Numa perspectiva próxima a de Mance (2008) e Singer (2000), Gaiger (1999) considera que os empreendimentos de Economia Solidária se apresentam como um novo modo de organização das atividades econômicas e do trabalho devido à ruptura que introduzem nas relações de produções capitalistas. Para esse autor, os segmentos sociais de baixa renda seriam privilegiados por essas iniciativas solidárias, pois “novas” relações sociais de trabalho são oferecidas por esses empreendimentos.

Gaiger (2004) deixa claro que as organizações de Economia Solidária possuem sua importância na constituição de relações de trabalho diferenciadas, porém se faz pertinente colocar em dúvida se a Economia Solidária é capaz de modificar a ordem social dominante.

Uma razão para essa consideração deve-se ao fato de que essas organizações estão a todo o momento dependendo das relações de troca com outros empreendimentos capitalistas, demonstrando assim sua autonomia limitada e atestando o “caráter incompleto da emancipação do trabalho solidário diante do predomínio do capital, seja na esfera da circulação e distribuição, seja na renovação contínua das forças produtivas” (GAIGER, 2004, p. 9).

Para Faria (2009), Singer, Gaiger e Mance possuem uma concepção idealizada do que se entende por Economia Solidária; concebem essa forma alternativa de construção de uma nova sociedade, de um novo modo de produção como uma solução sem contradições.

Nessa perspectiva, Faria (2009, p. 176) considera que:

É possível que os empreendimentos de Economia Solidária tenham relações de trabalho alternativas à heterogestão capitalista. Mas, estas poderão ser relações contraditórias no interior do sistema de capital. Não há como, nem histórica, nem praticamente, creditar à Economia Solidária a possibilidade de constituição a partir de si mesma de um outro modo de produção.

É neste horizonte, que a Economia Solidária pode exercer um papel fundamental no desenvolvimento econômico, na construção de outra cultura, apontando para um modo de produção alternativo que seja capaz de se posicionar contra o sistema capitalista, porém, deve-se considerar a sua fragilidade na constituição de uma nova sociedade, haja vista a sua atual dependência do desenvolvimento capitalista, como por exemplo as tecnologias, a conquista de novos mercados, as relações de consumismo, dentre outras formas de vínculo ao atual sistema. A Economia Solidária engloba uma pluralidade de dimensões e ainda está em processo de construção gerando vasta e profunda discussão sobre seus limites e possibilidades, principalmente no que se refere a ser um outro modo de produção ou caminhando para isso.

Procedimentos Metodológicos

Os métodos utilizados para o diagnóstico pautaram-se no levantamento bibliográfico sobre o tema na coleta de dados secundários, como bases iniciais da formatação do processo de pesquisa em si, que deverá preencher as lacunas interrogativas de forma qualitativa e exploratória.

A partir da revisão bibliográfica sobre o tema central da pesquisa, obteve-se um quadro teórico de referência norteador do referencial empírico. Conforme Marconi e Lakatos (2003, p. 62), o levantamento de dados de diferentes fontes é essencial “(...) não só por trazer conhecimentos que servem de *background* ao campo de interesse, como também para evitar possíveis duplicações e/ou esforços desnecessários”. Diante de tal fato, nota-se que a coleta de dados, ou seja, a documentação indireta a ser contemplada pelo presente estudo irá ocorrer a partir de duas formas principais: através do desenvolvimento da pesquisa bibliográfica, que se alicerça, em especial, na realização de pesquisas em referenciais bibliográficos (fontes

secundárias), ou seja, “(...) abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, etc.; até meios de comunicação oral” (MARCONI & LAKATOS, 2003, p. 71).

A aproximação ao campo empírico se deu a partir do levantamento de informações que foi realizado através de contato com as prefeituras dos municípios do Vale do Ivaí. Num primeiro momento isso ocorreu por meio de ligações telefônicas às secretarias ou a órgãos responsáveis por cooperativas de geração de trabalho e renda e projetos de Economia Solidária, paralelamente à coleta de informações chegou-se aos grupos de artesões, os quais não compõem iniciativas solidárias. Para isso, foi utilizado como instrumento de identificação um roteiro sistematizado de perguntas para uma caracterização e mapeamento inicial.

Para a composição desse trabalho, buscaram-se informações diretas através da coleta de dados primários com os atores sociais, denominados neste trabalho de entrevista 1, 2, 3, 4, e 5, envolvidos em projetos pertencentes aos vinte e nove municípios da região do Vale do Ivaí.

A aplicação do ferramental para levantamento dos dados ocorreu numa amostra formada por cinco municípios, dos vinte e nove pertencentes a Região do Vale do Ivaí, justifica-se a quantia de cinco municípios por pertencerem aos levantamentos primários sobre Economia Solidária.

Na sequência, as entrevistas foram realizadas *in loco* através do deslocamento da equipe de pesquisadores até os municípios identificados, munidos de um roteiro semi-estruturado contendo questões abertas e fechadas, servindo-se também de instrumento eletrônico de gravação (MP3), com intuito de obter dados informacionais para compreender como se desenvolve os programas de geração de trabalho e renda municipais.

Os itens constantes no roteiro das entrevistas foram divididos em: quantificar a produção e o produtor, rendimentos, forma organizacional e atividade econômica.

Para a interpretação dos dados coletados utilizou-se a técnica da análise de conteúdo, que para Bardin (2004, p. 31) significa “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”

Tanto as pesquisas de campo quanto as pesquisas bibliográficas já realizadas no âmbito da atuação deste programa serviram de base para as considerações feitas neste artigo.

Com os levantamentos obtidos através da pesquisa de campo - quando da proposta de diagnosticar empreendimentos que vivenciam os princípios da Economia Solidária, reconheceu-se nas observações outro fato gerador de trabalho e renda o dos crocheteiros de barbante, os quais não conhecem a Economia Solidária como alternativa ao modo de produção capitalista. Mediante tal constatação fez-se necessário o desenvolvimento de um ferramental específico para levantamento de dados onde percebeu-se a exacerbação da precarização do trabalho com o aliciamento do poder público local.

Considerações dos Dados

Mediante as atividades desenvolvidas pelo programa de diagnóstico, constatou-se que os empreendimentos de confecção que estão cadastrados como sendo de Economia Solidária

ou se organizando nos moldes cooperativistas próximos desta lógica, fazem parte de programas de geração de trabalho e renda empreendidos pelo poder público local. Surgiram de iniciativas pontuais do Governo Estadual, Federal e organizações não governamentais, com a perspectiva de geração de trabalho e renda, frente à situação dos altos níveis de desemprego.

Em muitos empreendimentos esse apoio se restringiu à simples doação dos equipamentos necessários ao desenvolvimento da atividade produtiva. Não se percebeu um acompanhamento assíduo no desenvolvimento do empreendimento, permitindo assim que tais grupos fossem facilmente aliciados por empresários que utilizam da estrutura dos empreendimentos para terceirizar sua produção.

Em alguns dos municípios verificou-se uma situação crítica de oportunismo e exploração nos empreendimentos, que foram cadastrados anteriormente nos sistemas informacionais do Governo como sendo de Economia Solidária, mas que possuem atualmente uma outra configuração. Isso demonstra que os empreendimentos visitados parecem estar distantes de serem reconhecidos como sendo de Economia Solidária do ponto de vista teórico, inclusive os próprios evidenciaram total desconhecimento conceitual. Estavam cadastrados como Economia Solidária sem nada saber sobre a mesma. Tal constatação demonstra não a construção de uma forma diferente de trabalho emancipado baseado na autogestão, cooperação, solidariedade e sustentabilidade visando um novo projeto societário, como pressupõe a Economia Solidária, mas a construção de alternativas de geração de trabalho e renda, viabilizadas quase que exclusivamente com recursos governamentais mediante políticas sociais que, por sua vez, ocasiona a tutela destes grupos por gestores públicos, impedindo a autonomia e emancipação dos trabalhadores que ficam presos numa lógica assistencialista e clientelista.

É preciso ressaltar que a existência e a continuidade destes empreendimentos se devem às atividades de facção (terceirização) atribuída por médias e grandes empresas do ramo de vestuário das cidades maiores da região. Em todos os empreendimentos pesquisados verificou-se uma extrema dependência dessas empresas para a manutenção das atividades. Além disso, notou-se a informalidade na prestação de serviço e o excesso de trabalho, na medida em que as pessoas recebem por produção.

Em suma, estes trabalhadores/trabalhadoras estão excluídos dos frutos do crescimento econômico e incluídos no grande contingente de trabalhadores do setor informal da economia, sujeitos a baixa remuneração, a instabilidade e a margem do Sistema de Proteção Social.

A Economia Solidária se configura como uma das respostas, tanto dos trabalhadores quanto do Estado, frente à situação de desemprego estrutural, e como tal, pode ser instrumentalizada por projetos societários distintos. Logo, ao ser absorvida dentro das políticas de cunho neoliberal que predomina sobre o mercado de trabalho torna-se instrumento de ampliação do trabalho informal e precarizado, sendo assim funcional à atual fase do desenvolvimento capitalista.

Como resultado desse processo, em alguns dos municípios verificou-se uma outra caracterização crítica de oportunismo e exploração da informalidade da produção. Exemplo disso é a situação de muitas famílias que ganham em média R\$250,00 reais por mês dependendo uma grande quantidade de trabalho, como é o caso do artesanato de barbante desenvolvido por grupos familiares nos municípios visitados, onde algumas prefeituras têm incentivado esse contingente, inclusive subsidiando o valor do artesanato produzido. Com isso, pessoas físicas e jurídicas, inclusive de outros estados, têm se conveniado com algumas

prefeituras, estabelecendo relações que facilitam ainda mais a exploração de tão fragilizada mão-de-obra.

Nessa proposta de desenvolvimento local o capitalismo mais uma vez mostra uma certa capacidade de “mutação”, ou seja, extrapola o espaço organizacional formatado para produção para ocupar o espaço das próprias casas dos indivíduos. Nessa condição, os trabalhadores têm menos chances de mobilização coletiva e identidade de classe devido ao desconhecimento dos pares no espaço de produção.

Resultados Encontrados

Constatou-se que dentre os 29 municípios do Vale do Ivaí há os que possuem programas de geração de trabalho e renda no que diz respeito a manufatura de tapetes de barbante, sendo promovidos por órgãos governamentais e não governamentais ligados à política de assistência social - Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) e Associação de Proteção a Maternidade e Infância (APMI). O campo de pesquisa é vasto e o tempo hábil para tal feito não comporta total abrangência. Porém, tem-se o conhecimento que o projeto de produção de tapetes de barbantes existe em muitos municípios da região, conforme o relato de uma das entrevistadas: “(...)nós cuida de 8 municípios, (...)toda a produção é centralizada aqui, (...)tem município que um vereador faz um belo trabalho com as mulheres (...) [sic]” (entrevista 4).

Na compilação das informações obtidas através de questionário e gravação, constatou-se que em três municípios a APMI é a gestora da produção de tapetes de barbantes e em dois municípios é o CRAS. Notou-se que os projetos de artesanato nos municípios pesquisados possuem entre 3 e 13 anos de existência e em todos a produção de tapetes é alicerçado em programas de geração de trabalho e renda.

Uma das entrevistadas ao ser questionada justificou a importância do projeto de produção de tapetes ressaltando que não é apenas mais um programa de geração de renda, conforme sua fala: “(...) a princípio esse projeto foi pensando na geração de renda e hoje já não é mais, quando a gente vê assim pessoas curadas de depressão, da bebida do cigarro, vê que isso funciona como terapia ocupacional, tem pessoas que não tem necessidades de fazer, mas faz como terapia (...)” (entrevista 1).

Em outro momento a entrevistada confirma essa possibilidade de produção/dia quando diz: “(...) tem gente que faz 5 a 6 tapetes por dia (...)” (entrevista 1).

Para determinar o horário de trabalho buscou-se o mais comumente usado conforme a lei da CLT. Percebe-se então, que para a produção diária de 8 unidades, o crocheteiro teria que trabalhar mais do que 8 horas/dia.

Hipoteticamente falando, para alcançar o valor de R\$ 400,00 recebendo por peça o valor médio de R\$ 2,00, um crocheteiro deverá produzir por dia pelo menos 8 unidades, sem considerar o tamanho e o modelo dos tapetes, tomando-se como base o valor de R\$ 2,00, o tamanho da unidade seria em média de 50 a 80cm. Confrontando os valores unitários pelo valor total pago, sugere-se que um crocheteiro trabalharia 8 horas/dia, de segunda-feira a sexta-feira.

A entrevistada ao relatar a capacidade de um crocheteiro tecer de 5 a 6 unidades/dia, não soube dizer quantas horas são dispensadas para esta produção, pois a mesma não tem um controle ou um estudo documentado sobre este fato, já que a produção é toda feita na casa de

cada trabalhador(a), tendo este(a) a atribuição de controlar o seu tempo entre o crochê e os afazeres domésticos.

Uma das questões elaboradas foi a do contingente de pessoas envolvidas na produção dos tapetes; as entrevistadas não souberam dizer o total, pois sua forma de controle é por um representante da família as quais variam entre 110 a 280 famílias. Um dos municípios conta com apenas 15 famílias cadastradas. Nesse caso, relatou-se que no início do projeto eram cerca de 110 famílias, mas, que houve um desinteresse pela maioria, pois os trabalhadores questionavam os valores pagos.

Cabe ressaltar que em muitas dessas famílias existem mais de uma pessoa que participa na produção dos tapetes, pois a Idade Variante dos participantes se encontra na faixa dos 14 a 70 anos. Em um dos instrumentos aplicados, relatou-se em uma família a existência de uma criança de 8 anos já tentando tramar suas primeiras laçadas na confecção de tapetes. Uma das entrevistadas confirma esse fato: *“Esse menino olha,[sic] ele faz junto com a mãe dele (...) tem uns 12, 13 anos” (entrevista 1).*

Para encontrar um comparativo entre os valores pagos às crocheteiras e a comercialização dos tapetes, buscou-se pesquisar nos meios eletrônicos quais os preços trabalhados na venda do produto. Tendo como fonte de pesquisa o sítio: http://pt.artesanum.com/artesanato-tapete_de_barbante_oval-21809.html, onde os valores estão expressos em Real, Dólar e Euro, especificamente R\$ 18,00, U\$ 9,73 e € 7,03, o produto exposto no citado endereço corresponde a um tapete de 85cm de comprimento o qual é considerado de tamanho pequeno pelas crocheteiras, cujo o valor pago é de R\$ 3,00.

Utilizando o valor de venda no Brasil R\$ 18,00, sendo a média de produção de 1.910 peças pelo valor pago num custo total de R\$ 5.730,00, constata-se que em média por lote vendido o atravessador terá um rendimento em torno de R\$ 28.650,00, obtendo um lucro percentual em torno de 80%. Estes fatores condizem apenas entre o custo de produção e lucro sobre venda, sabe-se que o atravessador é, também, o produtor do barbante, o que leva a supor que ele domina desde a produção da matéria-prima até o produto final, já que também se encarrega do transporte e de todos os trâmites que enseja sobre a produção.

Não se pode afirmar, contudo, que o mesmo ao retirar a matéria-prima para entregar às crocheteiras emite ou não documentação fiscal, porém sabe-se que neste modelo de produção a documentação é falha, dependendo apenas de anotações em cadernos sem identificação alguma.

Conhece-se apenas dois atravessadores que mantêm relações comerciais com as prefeituras da Região do Vale do Ivaí, sendo que um é originário da própria região e outro procedente de outro estado. Neste segundo caso um ponto a ser registrado é o anonimato que é imposto ao trabalho das crocheteiras, pois os tapetes ao chegarem ao estado destino para serem comercializados tomam a identidade de produção local, onde sabe-se ter reconhecimento internacional.

A falta de políticas públicas eficientes e eficazes na proposição de programas de geração de trabalho e renda faz com que prefeituras tenham uma forte dependência do capital que possuem esses atravessadores. Observa-se esta dependência quando a entrevistada cita o atravessador como sendo indispensável para a manutenção dos projetos de geração de renda:

“(...) o atravessador não é um mal necessário, por que eu acho assim que a princípio é o que tá ajudando a gente, (...) é complicado a gente sair daqui e ir em busca lá fora, (...) eu sei que a quantidade de barbante que a gente faz a gente tem condições, sabe... de ir muito além... que a gente

tem condições de por 6000 tapetes mensal, faz (...) a gente sabe que estes tapetes é muito caro né (...)[sic]" (entrevista 1).

Nos diálogos travados um fator que chamou a atenção é que as famílias têm a produção de tapetes como complementação de renda, porém, no momento em que se cita que homens também estão tecendo os tapetes, faz supor que a produção não é tão somente complemento de renda e sim torna-se a renda principal de algumas famílias, pois os cadastros feitos tanto pelo CRAS como pela APMI são em quase sua totalidade em nome das mulheres. Nesse sentido, não se sabe dizer em quantas famílias a receita do trabalho em barbantes é complemento de renda e em quantas são é considerado como renda principal.

Identificou-se que as famílias geralmente são beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF). Conforme esclarecido, esta inclusão não é um requisito para participarem dos projetos de geração de renda (confeção ou artesanato) promovidos pelo CRAS, mas indica que tais iniciativas são direcionadas para as famílias de alta vulnerabilidade, usuárias dos benefícios e programas da política de assistência social. Por outro lado, não há indicação legal de que os beneficiários do PBF são condicionados a frequentarem os projetos de geração de renda como requisito para receber o benefício.

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), o (PBF) é um programa de transferência direta de renda, com condicionalidade, para famílias em situação de pobreza. O objetivo é garantir o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome.

O programa pauta-se na articulação de três dimensões essenciais: promoção do alívio imediato da pobreza por meio da transferência direta de renda; reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação, por meio do cumprimento das condicionalidades; coordenação de programas complementares que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias. São exemplos de programas complementares: programas de geração de trabalho e renda, alfabetização de adultos, fornecimento de registro civil e demais documentos, sítio: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/o-que-e/.

De acordo com o proposto no Sistema Único da Assistência Social (SUAS, 2005), o CRAS deve ofertar, entre outros serviços, a promoção para inserção no trabalho e geração de renda e incentivo para Economia Solidária com sustentabilidade. O objetivo de tal promoção é a superação da situação de vulnerabilidade e pobreza da população, bem como da dependência contínua de programas de transferência de renda, ou seja, visa o desenvolvimento humano e social mediante a inserção produtiva.

Contudo, diante do contexto dos programas de geração de trabalho e renda em foco neste estudo, nota-se que tais iniciativas são assistencialistas e tuteladoras, ao invés de emancipadoras. Tal situação é provocada tanto pelo contexto político, social e econômico da região quanto pela conjuntura macrossocial. Pode-se aplicar aqui, para reflexão, a análise de Tavares (2004), quando argumenta que tais iniciativas de trabalho informal não visam o fim capitalista, no entanto não deixam de ser funcionais, pois são geradoras de renda que permitem consumo e cumprem o papel de mascarar o nível de desemprego.

Por outro lado, ficou claro que a realidade dos grupos pesquisados se enquadra como trabalho informal diretamente funcional à acumulação de capital, pois se configuram como processos de terceirização, “[...]o trabalhador desempenha a mesma função para o capital, embora em condições precárias e sem nenhuma proteção social (TAVARES 2004, p.23).”

A ação do Estado que deveria providenciar proteção social criando estratégias para consolidação e viabilização dos direitos sociais, contribui na realidade, para manutenção e reprodução das relações de exploração próprias do sistema capitalista, nas quais o desemprego e a precarização do trabalho são determinantes.

Fato que deve ser salientado é a acentuação destas relações de exploração, que no contexto da reestruturação produtiva, incidem fortemente sobre o elemento feminino, conforme Netto (1994), se tornou um componente essencial da força de trabalho. Sobre esta situação discorre:

A exploração de mulheres e jovens vale tanto para países capitalistas cênicos quanto para os periféricos de industrialização recente (os NICs), com os seus “mercados informais” de trabalho – em todos os casos, a “flexibilização” vem conjugando as modalidades conhecidas de extração de mais-valia relativas com formas bárbaras de exploração da força de trabalho, algumas das quais próprias dos primórdios do capitalismo (NETTO 1994, p.93).

Nos grupos analisados é muito claro esta realidade, pois são as mulheres as protagonistas da produção. É possível que a submissão a tais relações de exploração se deve a dois fatores principais: à falta de emprego, já que a atividade econômica regional é predominantemente agrícola - não utilitária da totalidade de mão-de-obra disponível - e, quando faz, é de forma sazonal, como é o caso da cana-de-açúcar; e à cultura de submissão que atravessa a história das mulheres aliada à falta de cultura política, que resulta em passividade, muito funcional aos atravessadores. Talvez isto justifique o fato destes saírem de suas cidades “grandes” onde também há desempregados e programas de geração de renda, e irem para cidades do “interior”.

Considerações Finais

Diante das crises oriundas desta capacidade limitada do sistema capitalista, dentre aqueles que de forma sintomática buscam novos meios de sustentação e de manutenção da condição de vida, os programas sociais buscam como alternativa, para uma parcela da sociedade desprovida da oportunidade de se considerarem cidadãos dignos e capazes de produzirem sua própria renda, outras formas de trabalho, como o caso das costureiras e crocheteiras de barbante do Vale do Ivaí.

É presente a necessidade de orientação técnica na perspectiva de que esses grupos comecem a refletir sobre sua forma de trabalho a fim de empreenderem um esforço em buscar ações que mais se aproximem aos seus direitos sociais.

Não resta dúvida que as pessoas inseridas nesta forma de produção são motivadas pela satisfação dos mais diversos interesses pessoais, entre os quais destaca-se o fato da situação econômica regional não ser favorável e na busca de gerarem emprego e renda, mesmo que pequena. Por outro lado, essa fragilidade por parte das crocheteiras tem possibilitado a manutenção de práticas extremamente perversas por parte de alguns capitalistas.

A presença do atravessador é uma constância forte, que está arraigada na sociedade local, devido a grande dependência financeira que esta possui.

A convivência e a conveniência transpiram um certo comodismo por parte do poder público local. De certa forma quando se houve o jargão “fazer o que?” subentende-se o despreparo para enfrentamento do problema ou desinteresse profissional e político. Não restam dúvidas que esses programas paliativos de geração de trabalho e renda colaboram para melhorar as estatísticas do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e somente a esta função, pois as condições observadas em nada melhora a situação de vida desses trabalhadores locais.

A ausência de políticas públicas eficientes, eficazes e efetivas tornam os programas sociais de geração de trabalho e renda vulneráveis e de fácil aliciamento, permitindo assim, a exploração da mão-de-obra das camadas à margem da economia, não as favorecendo efetivamente no que diz respeito a melhoria de vida e garantias sociais, apenas momentaneamente, enquanto durarem os interesses - políticos e comerciais - esses atores sociais dificilmente, sem uma locução profunda sobre o tema, atingirão sua emancipação social e financeira.

Diante dessa situação de exploração cabe uma releitura não só de estrutura política sócio-econômica e das transformações do trabalho sofridos ao longo das configurações tayloristas, fordistas, fayolistas e mais recentemente as toyotistas ou de base microeletrônica, mas também da possibilidade de emancipação desses trabalhadores por meio de sua ampliação e reflexão sobre novos conhecimentos e outros valores da vida social.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9ª ed. SP: Cortez; Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003.
- ATLAS da Economia Solidária no Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego Secretaria Nacional de Economia Solidária. SENAES, 2006.
- BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70. 3ª ed. 2004.
- BARBOSA, Rosângela N. C. A Economia Solidária como Política Pública - Uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. 1ª ed. Cortez. São Paulo, 2007.
- _____, Rosângela N. C. Economia Solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e; IAZBECK, Maria Carmelita (Orgs.). Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo. (pp. 90-129) Cortez. São Paulo, 2008.
- CARLEIAL, Liana e; PAULISTA, Adriane. Economia Solidária: Utopia Transformadora ou Política de Controle Social. In: GEDIEL, José A. P. (org.). Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania (pp. 9-40). Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, n. 2, 2008.
- FARIA, José Henrique de. Gestão Participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2009.
- GAIGER, Luiz Inácio. A Economia Solidária e o Projeto de Outra Mundialização. UFRGS. RS. 2005.
- _____. Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.
- _____. et al. Sindicalismo e Economia Solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. São Paulo: CUT, 1999.

- MANCINI, Euclides André. Constelação Solidária: As Fendas do Capitalismo e sua Superação Sistêmica. IFIBE. Passo Fundo-RS. 2008.
- MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MATTOSO, Jorge. O Brasil Desempregado: Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 1999.
- NETTO, J. P. Ditadura e Serviço Social, Cortez. São Paulo. 1996.
- NUNES, Débora. A Construção de uma Experiência de Economia Solidária num Bairro Periférico de Salvador. Bahia Análise & Dados. Salvador. SEI. v.12. n.1., p.59-76, junho 2002.
- POCHMANN, Marcio. Rumos da Política do Trabalho no Brasil. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e; IAZBECK, Maria Carmelita (orgs.). Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo (pp. 23-40). Cortez. São Paulo, 2008.
- SERRA, Rose. Enfrentamento do Desemprego/Subemprego – alternativas de trabalho/renda na atual conjuntura brasileira. In: FREIRE, Lúcia M. B., FREIRE, Silene de Moraes, CASTRO, Alba Tereza Barroso de (orgs.) Serviço Social Política Social e Trabalho - Desafios e Perspectivas para o Século XXI. (pp. 202-217) Cortez -SP, 2006.
- SINGER, Paul Israel. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul & SOUZA, André R. de. A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo, Contexto, 2000c. Recuperado em 29 mar 2010 de: <http://www.scielo.br/scielo.php>
- TABELAS, Índice Geral 2005, 2006 e 2007. Recuperado em 29 março 2010 de http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/indice_geral.pdf.
- TAVARES, Maria Augusta. Os Fios (In)Visíveis da Produção Capitalista: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.
- TIRIBA, Lia Vargas. Economia Popular e Produção de Nova Cultura do Trabalho: contradições e desafios frente à crise do trabalho assalariado. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. Petrópolis. Vozes, 1998.